

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA

Área temática: Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Jean Silva

suisjean@hotmail.com

Mariluce Paes de Souza

mariluce@unir.br

Theophilo Alves de Souza Filho

theophilo@unir.br

Rosália Maria Passos da Silva

rosaliapassos@unir.br

Vanessa Rios Almeida

vanessarios.almeida@yahoo.com

Resumo: *Precificar a Castanha-da-amazônia é tarefa complexa, pois existem características intrínsecas ao produto. A começar pelo espaço em que este está inserido: a floresta Amazônica, passando pelo modo em que é extraído da natureza, até chegar nas posições logísticas, há pontos permeados de detalhes que se não observados podem escapar importantes informações aos olhos do analista. O objetivo geral da presente pesquisa foi identificar os custos de produção para compor o preço da Castanha-da-amazônia. O estudo justifica-se em função da contribuição ao estado da arte em assuntos inerentes ao extrativismo. A metodologia utilizada foi a exploratório-descritiva, com base em estudo de campo e com o emprego das matrizes teóricas de custos, receitas e preços. A pesquisa ocorreu no Estado de Rondônia e Acre, em três momentos distintos. Conclui-se que o Estado do Acre tem remunerado a mão-de-obra com valores mais elevados do que aqueles percebidos em Rondônia. Verificou-se as variáveis: material de consumo, mão-de-obra, prestação de serviços e transporte como compositores dos custos, aplicando-se um mark-up de 30%, com embasamento legal para a formação do preço. Propõe-se o investimento em políticas públicas que valorizem a mão-de-obra empregada na extração deste produto, considerando as condições ambientais nas quais os trabalhadores estão inseridos. O período da entressafra é utilizado para limpeza da floresta, área de produção, bem como cuidados das árvores nativas. Entretanto, este tempo para manutenção da floresta não é remunerado.*

Palavras-chaves: *Custos, Preços, Extrativismo, Castanha-da-amazônia.*

1 INTRODUÇÃO

A Castanha-da-amazônia gerou, em 2013, R\$ 72.055 milhões para a composição do PIB brasileiro, totalizando 36.704 toneladas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013). Deste total, o Estado do Acre foi o maior produtor, totalizando 13.599 toneladas, na segunda posição destaca-se o Estado do Amazonas com 11.785 toneladas, seguido do Estado do Pará com 9.023 toneladas. O Estado de Rondônia ocupou a quarta posição com 1.689 toneladas do produto.

O preço deste produto tem sido diferente a depender da região em que este está inserido. Talvez o frete seja um dos fatores que provoca a diferenciação, pois tende a ser alterado em razão do espaço geográfico que ocupa. O modo como os atores se organizam na cadeia também pode interferir na formação do preço. Para esta composição é preciso identificar os custos necessários à produção.

No entanto, ainda são escassas as iniciativas de pesquisa e estudos que gerem conhecimentos sobre a composição de custos e formação de preços, bem como a falta de metodologias de mensuração dos custos de produção que considerem a mão-de-obra com as condições de trabalho dessa classe de trabalhadores. Sabe-se que o trabalho é um importante fator de produção e geração de riqueza. Portanto, precisa de valorização e reconhecimento para exercer este papel.

Ressalte-se que nas buscas efetuadas sobre estudos e pesquisas relacionados à temática, os que foram localizados pouco retratam os assuntos inerentes a composição de custo e formação de preço do extrativismo na floresta amazônica.

Em função da identificação destes *gaps*, esta pesquisa propõe uma reflexão a partir da seguinte questão: quais os custos de produção e o preço de venda da Castanha-da-amazônia? Tendo-se como objetivo identificar os custos de produção para compor o preço da Castanha-da-amazônia. O estudo justifica-se em função da contribuição ao estado da arte em assuntos inerentes ao extrativismo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A abordagem teórica utilizada nesta pesquisa compreende os estudos voltados a Extrativismo e Agroextrativismo segundo Homma (1990 e 2004) Neto (2011), Procópio (2008). Além disto, aborda-se, também, custos e preços conforme preceitua Martins (2008), Horngren (1986), Santos (1995), Marques (2010), Shank (1997), Santos e Marion (1996), Florentino (1984) e o Instituto de Estudos Financeiros (2010).

1.1 COMPOSIÇÃO DE CUSTO

A amplitude de atividades gera gastos diversos e também classificações fundamentais para a contabilização de tais desembolsos, quais sejam: o custo, a despesa, o investimento, a perda e o desperdício. Gasto é conceituado por Dubois, Kulpa e Souza (2006) como a aquisição de um bem ou serviço que origina um desembolso para a empresa.

O custo é o gasto ocorrido na fabricação do produto, apresentando relacionamento íntimo com a transformação de bens e serviços em outros bens e serviços, ou seja, da matéria-prima em bens e serviços. O investimento é o gasto ocorrido devido à aquisição de bens e serviços que serão utilizados na produção de outros bens e serviços, portanto, ficarão à disposição da empresa e não serão revendidos. Sendo assim, comporá o Ativo da organização (DUBOIS, KULPA E SOUZA, 2006; MARTINS, 2008).

A despesa, por sua vez, trata-se de um gasto necessário para a produção, mas não se refere intimamente ao produto conforme acontece com o custo, pois, embora seja necessária, pode ser dispensada para a fabricação do produto (MARTINS, 2008; HORNGREN, 1986; SANTOS, 1995). Por outro lado, a perda relaciona-se com uma eventualidade que gera gastos para a organização. Como exemplo pode-se pensar que gastos ocorridos após uma enchente são perdas. Quanto aos desperdícios, estes são os gastos ocorridos pelo não aproveitamento normal dos recursos pela organização; para fins de exemplificação, tem-se o tempo ocioso de vendedores (MARTINS, 2008; HORNGREN, 1986; SANTOS, 1995).

De acordo com Horngren (1986) tratando mais especificamente dos custos de produção, a partir da classificação dos gastos em custos ou despesas, parte-se para uma abordagem relativa à facilidade de visualização do custo em detrimento do produto. Assim, pode-se ter os custos diretos e os custos indiretos.

Campiglia e Campiglia (1995) menciona que o material é um dos fatores primordiais para compor os custos de produção por ser um componente concreto que pode ser fisicamente visualizado no produto acabado. Os demais elementos, como a mão-de-obra e os gastos indiretos se incorporam ao produto como necessários para a disponibilização do bem ou serviço para uso, tais como transporte, segurança, armazenagem, impostos, despesas diversas.

O termo trabalho ou mão-de-obra é definido por Medeiros (1999, p. 53) “[...] como esforço físico ou intelectual despendido pelo homem na execução de determinada tarefa”. Continua Medeiros “[...] é o único fator de produção capaz de auto-evoluir e promover acréscimos qualitativos e quantitativos às operações das empresas, sem se alterar quantitativamente”.

Esta classificação em custo direto ou indireto, em que se inclui o material e a mão-de-obra, é notada em termos de produtos e não se refere a departamentos. Caso seja possível a identificação do custo relativo ao produto de modo simples e rápido sem deixar dúvidas se o custo dado se refere a este ou àquele produto, tem-se um custo direto.

Por outro lado, cada vez que é preciso utilizar qualquer critério de rateio, ou melhor, cada vez que há uso de estimativas para identificar qual o custo de um dado produto, tem-se o custo indireto. “Quando a empresa produz apenas um produto, fica incoerente falar em Custos Indiretos, pois tudo o que foi gasto na fábrica destinou-se àquele produto, tratando-se apenas de custos diretos” (DUBOIS, KULPA e SOUZA, 2006, p. 73).

Além da classificação em custos diretos e indiretos, estes gastos poderão ser classificados em fixos e variáveis. Segundo Martins (2008, p. 49) “[...] Outra classificação usual (e mais importante que todas as demais na visão do autor) é a que leva em consideração a relação entre o valor total de um custo e o volume de atividade numa unidade de tempo”.

Na classificação em custos fixos e variáveis a relação que se estabelece não é com o produto em si, como ocorre com os custos diretos e indiretos. Florentino (1984) ilustra custo fixo com o aluguel da fábrica em certo mês que é de determinado valor, independentemente de aumentos ou diminuições do volume de produção. Além da variável volume de produção, há ainda as variáveis tempo e valor total dos custos como observações importantes para entender os custos como as categorias fixos ou variáveis. Com relação ao volume e ao valor total dos custos observa-se a relação entre período e volume de atividade.

Horngren (1986) ressalta que a comparação é da relação entre as variáveis ‘tempo/período’ e ‘volume de produção’. O aluguel alterado em função de qualquer índice, embora tenha seu valor reajustado em uma unidade de tempo (mês), não o faz ser um custo variável, permanecendo como custo fixo. Isto porque o que predomina é a peculiaridade de independência da existência ou não de produção. Após o estudo destes conceitos, pode-se discutir formas de composição de custos. As possibilidades, denominadas ‘sistemas de custeio’, são as seguintes: custeio variável, custeio por absorção, custeio-padrão, custeio ABC e outros.

2.2 SISTEMAS DE CUSTO

A intenção primeira dos sistemas de custeio é determinar o custo unitário de cada um dos produtos ou serviços produzidos por uma organização. Para isto, estes métodos assumem como ponto de partida a classificação dos custos em fixos, variáveis, diretos e indiretos; além de dividir os gastos em investimentos, custos e despesas.

O custeio ABC, o Custeio Variável, o Custeio Padrão e o Custeio por Absorção constituem em abordagens diferentes cujo objetivo comum é a determinação dos custos de produção de cada produto individualmente. Para todas as empresas que fabricam múltiplos produtos em instalações comuns, o conhecimento exato do custo de cada produto é fundamental para estipular o preço do produto. Enquanto os sistemas de custeios tradicionais tem como base o volume de produção, no custeio ABC, a base recai nas atividades (SHANK, 1997). O quadro 1 é uma comparação de todos estes métodos.

Segundo Santos e Marion (1996) os custos podem ser identificados a partir da adoção de sistemas de custos e afirmam que o sistema de custos trata-se de um conjunto de procedimentos que registra, sistematicamente e continuamente, a efetiva remuneração dos fatores de produção empregados nos serviços rurais.

Continuando, Santos e Marion (1996) argumentam que além de auxiliar os gestores dos negócios, a implantação de sistemas de custos orienta os órgãos públicos e privados na adoção de medidas, como a garantia de preços mínimos, o incentivo a produção de determinado produto e o montante de crédito destinado à produção. Na figura 1 tem-se uma demonstração do percurso necessário em um sistema de custos para a identificação do lucro do produto.

Na Figura 1 demonstra-se duas categorias de gastos: as despesas e os custos de produção. Destaca-se que a existência de uma separação entre estes dois elementos de gastos é prevista em Martins (2008) e em Shank (1997).

Quadro 1. Comparativo dos principais métodos de custeio.

	Custeio por absorção	Custeio variável	Custeio-padrão	Custeio ABC
Principal característica	Os custos (diretos/indiretos, fixos/variáveis) deverão ser absorvidos por cada produto.	Considera apenas os gastos variáveis.	Estabelece um custo alvo/meta.	As atividades exercidas pelas empresas como base e não o volume de produção.
Vantagens	Atende aos princípios fundamentais de contabilidade.	Conceito de 'margem de contribuição'.	Possibilita uma comparação entre a previsão de gastos e os gastos reais.	Não considera o volume de produção como critério de rateio.
Desvantagens	Pouco eficiente para fins gerenciais por usar rateios muito subjetivos, vol. de produção.	Não atende ao princípio de contabilidade, pois exclui os custos fixos dos estoques.	É útil apenas quando a empresa atua com operações repetitivas e padronizadas.	Complexidade. A relação custo <i>versus</i> benefício pode ser insatisfatória.
Limitações	Critérios de rateio subjetivos. Valoriza o volume de produção para realizar estes rateios.	É ideal apenas quando existem vários produtos, pois o benefício maior é saber a margem de contribuição de cada produto.	Depende de dados históricos.	Não é totalmente objetivo sob o ponto de vista dos rateios.
Característica comum	i) Determinam o custo de cada produto individualmente. ii) Todos focam os custos indiretos.			

Fonte: Elaborado com base em Martins (2006), Horngren (1986), Shank (1997), Florentino (1984), Santos (1995).

No processo de construção do modelo de custos para o produto individual denominado Castanha-da-amazônia, um Produto Florestal Não Madeirável - PFNM, é preciso assumir que há diversos *stakeholders* nesta cadeia extrativa. Deste modo, considera-se que partir dos atuais sistemas de custos contábeis tradicionais, embora exija algumas adaptações a fim de contribuir para a melhoria do ferramental do gestor, pode ser um caminho para pensar na composição de dados econômicos e financeiros para o elo inicial da cadeia extrativa deste PFNM.

Sá *et al.* (2008) classificamos custos da Castanha-da-amazônia em fixos e variáveis, considerando as despesas com materiais, mão-de-obra familiar (custo de oportunidade na

região), bem como a remuneração do capital de giro. O custo fixo considerado diz respeito à recuperação do capital empatado na construção do paiol, ou seja, a depreciação do paiol (SÁ *et al.*, 2008). Os dados dizem respeito ao ano produtivo de 2008 quando a Castanha-da-amazônia foi comercializada a R\$ 9,00 a lata. Para a mão-de-obra consideraram o valor da diária no mercado de R\$ 20,00. Os custos variáveis corresponderam a 95,92% do custo total de produção. O custo de produção da lata foi de R\$ 8,19, (SÁ *et al.*, 2008).

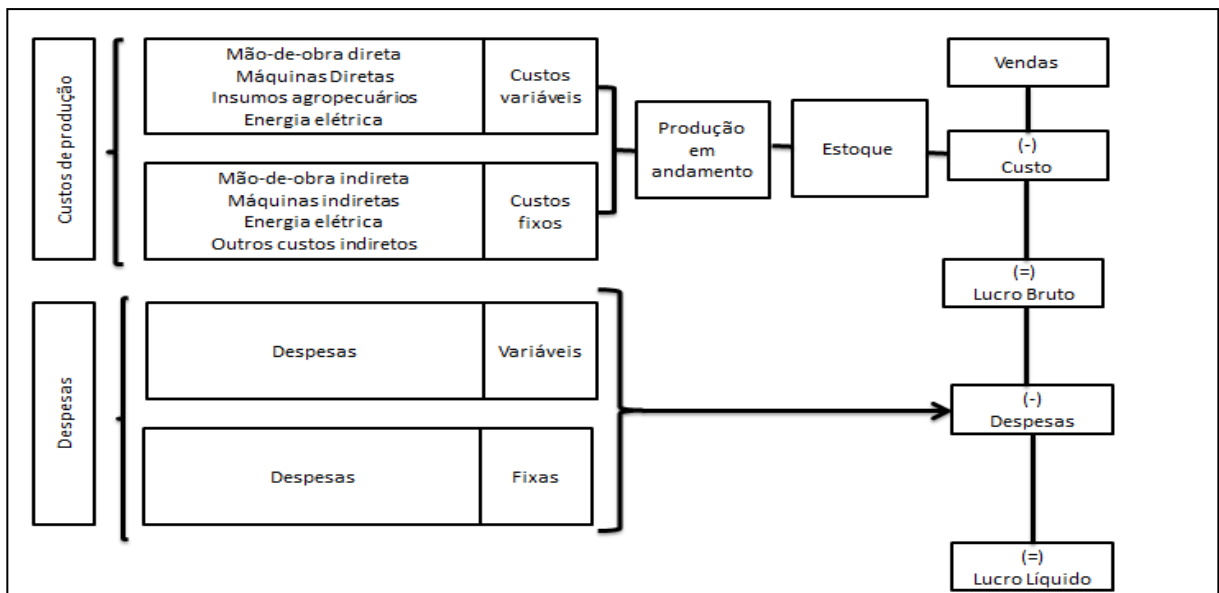


Figura 1. Fluxo do método de custeamento por absorção

Fonte: Elaborado a partir de Santos (1995).

A conclusão dos autores é que o extrativismo realizado com boas práticas é viável financeiramente e remunera a mão-de-obra familiar a um valor superior ao custo de oportunidade de R\$24,00. Este fato corrobora a teoria de Martins (2008) ao citar que com o avanço tecnológico os custos fixos tendem a ser cada vez maiores em comparação aos custos variáveis. Considerando que a atividade extrativa possui baixo nível tecnológico valendo-se de técnicas utilizadas há séculos, a constatação de Martins parece aplicável à atividade de coleta da Castanha-da-amazônia, pois os custos variáveis ainda continuam compondo quase a totalidade dos custos de produção em Porangaba, Acre, Brasil.

De acordo com Silva *et al.*, (2013) verifica-se, ainda, que determinados esforços realizados no processo extrativo não são elencados como custo, um exemplo é a distância

entre os castanhais e a residência do extrator. Os autores constataram que nos municípios de Oriximiná e Almeirim, localizados no Estado do Pará, parte da Castanha-da-amazônia é armazenada na floresta por um período correspondente a até cinco meses. Na sequência aborda-se os conceitos, definições e metodologia para elaborar o preço de venda, o que prescinde do entendimento de composição de custos.

2.3 FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA

Na formação do preço de vendas deve-se observar os seguintes passos: levantamento do custo, cálculo dos encargos sobre o preço de venda, determinação da margem de lucro. (IEF, 2010).

A partir dos estudos de Martins (2008) nota-se que a classificação ou análise dos custos considera a separação entre custos e despesas, o que Florentino (1984) denomina, em seu esquema, custos de fabricação e custos de vendas e de administração, respectivamente; considera ainda os custos diretos e indiretos e analisa a composição de tais gastos. Somente a partir desta classificação é que a formação do preço passa a ser realizada. Florentino (1984) propõe a fórmula (A):

$$\text{Preço de venda} = \text{custos fabricação} + \text{Custos vendas} + \text{custos adm geral} + \text{lucro vendas} \quad (A)$$

Fonte: Florentino (1984).

Destaca-se que o custo de vendas presente na fórmula é tratado por Martins (2008) como despesa. Considerando-se o entendimento dos autores que discutem a temática, a necessidade de classificação dos gastos em despesas e custos, e dentro destes, a classificação em fixo e variável e, ainda, em direto e indireto faz parte do processo de formação de preços.

Apesar da subjetividade se fazer presente em todos estes processos, em relação ao ‘lucro sobre vendas’, a pouca objetividade parece ser intensificada. Isto ocorre porque o percentual de lucro é determinado muitas vezes pelo desejo do gestor com base no mercado. Neste contexto, o modo como a organização irá sustentar ou obter lucros maiores acaba sendo objeto de interesse.

A obtenção do lucro pode ser determinada por meio de um índice denominado *mark-up*. Santos (1995) considera o *mark-up* como um índice aplicado ao custo para a formação do

preço de venda. A finalidade do *mark-up* é cobrir os impostos sobre vendas, as taxas variáveis sobre vendas, as despesas administrativas fixas, as despesas de vendas fixas, os custos indiretos de produção fixos e o lucro, conforme preceitua Santos (1995).

Contudo, a subjetividade para determinar os custos é também presente das organizações. E a criação de metodologias que ao menos amenizem esta condição tornam-se merecedoras de atenção. Martins (2006) cita que o custeio baseado em atividade, Sistema ABC, é uma metodologia que auxilia muito no sentido de reduzir a subjetividade. Todas as atividades, pelo custeio baseado em atividades, precisam receber parte dos custos e despesas totais.

A venda do produto a um determinado preço gerará um resultado para a organização, que pode ser um lucro ou um prejuízo. O lucro bruto é a diferença entre as vendas e o custo incorrido para vender este produto, sem considerar as despesas administrativas, de vendas e financeiras. Resumindo, subtrai-se da receita apenas o custo sem considerar as despesas ocorridas, desprezando-se as despesas. Assim, o lucro bruto, após cobrir o custo, será destinado à remuneração das despesas, bem como o governo - por meio de impostos - e os proprietários da empresa - por meio do lucro líquido (MARION, 1998). Após a dedução dos custos, tem-se, então, o lucro bruto. Ao abater as despesas deste lucro bruto tem-se o lucro líquido, conforme figura 2.

Figura 2. Demonstração de rendimentos

RECEITA BRUTA	\$\$\$\$\$\$
(-) Deduções	<u>(\$\$\$\$\$)</u>
RECEITA LÍQUIDA	\$\$\$\$\$\$
(-) Custos	<u>(\$\$\$\$\$)</u>
LUCRO BRUTO	\$\$\$\$\$\$
(-) Despesas	<u>(\$\$\$\$\$)</u>
LUCRO LÍQUIDO	\$\$\$\$\$\$

Fonte: adaptado de Marion (2007).

Nesta referência indicada pela demonstração de rendimentos da figura 2, observa-se que os custos assumem papel decisivo para o conhecimento do lucro. Os conceitos mencionados na Figura 2 são medidas de resultado econômico e indicadores que, considerando os custos de produção, permitem identificar o desempenho econômico do sistema de produção. Em avaliação do resultado econômico de atividades produtivas utiliza-se o conceito de margem de contribuição, calculada pela diferença entre o preço de venda de um produto e seus custos e despesas variáveis. A contribuição dada por esse produto para cobrir o

montante de custos e despesas fixos, o saldo é a contribuição para a geração de lucro (WERNKE *et al.*, 2013).

O preço de venda de um produto x inclui, então, o custo e o *mark-up* para a sua definição que é a recompensa de quem produz pelo sacrifício ocasionado para a produção. Neste caso, deve-se considerar as condições nas quais a atividade foi exercida. Sindicatos, governos, associações, operários estão sempre reivindicando direitos e melhores condições de trabalho, ou seja, condições ergonômicas reais.

3 METODOLOGIA

A tipologia da pesquisa quanto à abordagem é qualitativa e ao objetivo é exploratório-descritiva. Considerando o que ensina Creswell (2010) uma das características da pesquisa qualitativa é a coleta de dados, pois ocorre no campo e no local em que os participantes vivenciam o problema que está sendo estudado, ou seja, os pesquisadores qualitativos estudam os fenômenos no local em que os participantes da pesquisa habitam, com entrevistas diretas pelo próprio pesquisador.

Neste estudo foi realizada a coleta de dados primários e secundários. A coleta dos dados primários ocorreu nos municípios de Brasiléia, estado do Acre (mais especificamente na Reserva Extrativista Chico Mendes), em Cobija, na Bolívia e no município de Porto Velho, estado de Rondônia, mais especificamente nos distritos de Ponta do Abunã.

O município do Brasiléia localiza-se ao sul do Estado do Acre, tem uma população estimada de 23.378 habitantes (IBGE, 2010), está distante 237 km da cidade de Rio Branco. Está situado na fronteira com a Bolívia, possui limites com Epitaciolândia, Assis Brasil, Sena Madureira e Xapuri (IBGE, 2014).

A população da pesquisa consiste nos agroextrativistas e comerciantes do Estado do Acre e do Estado de Rondônia. Sendo a amostra selecionada utilizando-se o conceito de *snowball*. Os agroextrativistas foram escolhidos para integrarem a pesquisa por fazerem parte da base da cadeia produtiva da Castanha-da-amazônia. E por esta razão deterem conhecimentos empíricos sobre a coleta do produto. Os dados analisados para a composição de custos e formação de preços basearam-se na amostra desta pesquisa.

A coleta de dados ocorreu em três momentos distintos. O primeiro foi na Comunidade de Porongaba em novembro de 2014, na ocasião os extrativistas fizeram uma demonstração

do processo de coleta, quando foi efetuado a gravação de um vídeo denominado “O Guardião da Floresta” por Paes-de-Souza *et al.*, (2015). O segundo, na região da ponta do Abunã, Porto Velho, Rondônia, em março de 2015.

Nesta oportunidade foi possível observar *in loco* a atividade de coleta por 2 (dois) extrativistas. O terceiro, em julho de 2015, nos Municípios de Brasiléia, Epitaciolândia e Porto Velho, região de Ponta do Abunã, no Brasil e no Município de Cobija na Bolívia, para a pesquisa de preço dos materiais visando à composição de custo e formação de preço do PFNM Castanha-da-Amazônia. Os entrevistados para compor os dados primários foram denominados de Extrativista: PO1, PO2, PO3, PO4, PO5, PO6 (Acre), PA1, PA2, PA3, PA4, PA5, PA6, PA7 (Rondônia).

Com os comerciantes, realizou-se uma pesquisa de preços dos materiais utilizados na coleta da Castanha-da-amazônia. Nesta pesquisa, entrevistou-se vendedores de casas agropecuárias, madeireiras e lojas de roupas, na intenção de estimar o preço dos materiais utilizados pelos extrativistas. Com isto realizou-se uma média aritmética simples dos valores coletados.

Para análise dos dados recorreu-se às matrizes teóricas sobre composição e formação de preços, aplicando-se o conceito de Receita Líquida, Receita Bruta, Custo e Preço. Para propor um preço de venda, calculou-se o custo de produção, e aplicou-se uma taxa de 30% sobre a receita obtida representando o lucro dos agroextrativistas, conforme determina o Estatuto da Terra.

A Fórmula (B) é a representação dos procedimentos tomados para o cálculo da mão-de-obra:

$$\text{mão-de-obra} = (\text{quant.amêndoa} \times \text{preço/lata}) - mc - ps - t$$

Onde:

mc: material de consumo
ps: prestação de serviços
t: transporte

(B)

Além da mão-de-obra foi preciso considerar o custo com o material de consumo. Para isto levantou-se os elementos utilizados na extração da Castanha-da-amazônia e fez-se um levantamento de preços nas casas agropecuárias e lojas de roupas. De posse de todos estes dados, o próximo passo para determinação do custo total para a coleta da Castanha-da-amazônia foi a aplicação da fórmula (C):

$$CT = MO + MC + PS + T$$

(C)

Onde: CT = custo total; MO = mão-de-obra; MC = material de consumo; PS = prestação de serviços; T = transporte.

Na formação do preço de venda, utilizou-se o preço praticado no mercado pelos extrativistas. Sobre este valor, aplicou-se o percentual equivalente a 30% de margem de lucro ao extrativista, proposto pelo Estatuto da Terra, denominado de *mark-up*. O percentual de 30% corresponde a uma previsão de lucro por esta legislação aos extrativistas, como forma de reconhecimento do trabalho prestado por estas pessoas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa são apresentados obedecendo ao problema de pesquisa proposto com foco na questão central do estudo: preço e custo da Castanha-da-amazônia, e conduzindo as discussões para evidenciar o alcance desta questão.

4.1 CUSTOS E PREÇOS DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA NOS ESTADOS DO ACRE E EM RONDÔNIA.

Em relação aos materiais utilizados na coleta da Castanha-da-amazônia, baseou-se na entrevista de campo e na pesquisa de preços realizada na região fronteira do estado do Acre (Epitaciolândia/AC, Brasiléia/AC e Cobija, Bolívia) e nos limites geográficos do estado de Rondônia (Nova Califórnia, Extrema e Vista Alegre do Abunã, distritos de Porto Velho conhecidos como Ponta do Abunã). Na pesquisa de campo identificou-se os materiais utilizados na coleta; enquanto que na pesquisa de preços levantou-se em estabelecimentos locais os valores de cada material utilizado na extração.

Os valores verificados na pesquisa de preço servem para o cálculo da média aritmética simples que serão, então, os custos com materiais para o extrativista. Ao todo foram 9 (nove) casas comerciais; 3 (três) casas para cada componente nas unidades urbanas pesquisadas (Cobija, Bolívia), Brasiléia, Eptaciolândia, Nova Califórnia, Extrema, Vista Alegre do Abunã); e 9 (nove) casas comerciais, 3 (três) em cada distrito da Ponta do Abunã, Rondônia (Extrema, Nova Califórnia e Vista Alegre).

Baseando-se nos valores levantados fez-se uma média simples de custo com material para a comunidade de Porongaba/AC utilizando os valores informados pelos estabelecimentos de Cobija, Brasiléia, Eptaciolândia. Da mesma forma, fez-se uma média simples de custo com material para os extrativistas entrevistados em Rondônia utilizando os valores informados no comércio local dos distritos de Nova Califórnia, Extrema, Vista Alegre do Abunã. Todos os dados obtidos foram documentados pelos estabelecimentos entrevistados.

Os materiais utilizados pelos extrativistas costumam variar de uma região para a outra. Determinadas unidades extrativas utilizam a mão-de-onça, enquanto que outra unidade não faz uso deste material. Contudo, estas variações são mínimas, tendo em vista que se trata de mesma atividade extrativa: a extração da Castanha-da-amazônia. Em consequência disto, optou-se por padronizar os materiais utilizados entre os extrativistas.

4.3.1 No Estado do Acre

O preço encontrado em Cobija, Bolívia, apresentado em uma das colunas da Tabela 1 são valores convertidos para a moeda brasileira. Isto ocorreu em razão de terem sido informados em moeda boliviana. Diante disto, destaca-se que na data de realização deste câmbio (20 julho 2015), cada R\$ 1,00 correspondia a \$ 2,08 BOB, ou seja, pesos bolivianos.

Tabela 1. Pesquisa de preço dos materiais extrativistas paraos coletores de Porongaba (AC)

Quant	Un	Material	Valor Unitário			Média
			Brasiléia, AC	Epitaciolândia, AC	Cobija, Bolívia	
Un	1	Iona preta 4m	R\$ 5,00	R\$ 5,28	R\$ 5,64	R\$ 5,31
Un	1	barbante cem fios	R\$ 4,00	R\$ 7,60	R\$ 4,04	R\$ 5,21
Un	1	facão Strong	R\$ 13,00	R\$ 25,00	R\$ 12,12	R\$ 16,71
Un	1	lima K & F	R\$ 12,00	R\$ 10,00	R\$ 12,82	R\$ 11,61
Un	1	saco de náilon	R\$ 1,00	R\$ 1,50	R\$ 1,01	R\$ 1,17
m ²	0,8	mão-de-onça	R\$ 3,20	R\$ 6,24	R\$ 1,60	R\$ 3,68
Un	1	Calça	R\$ 39,00	R\$ 40,00	R\$ 16,83	R\$ 31,94
Un	1	Bota Sapatão	R\$ 40,00	R\$ 36,00	R\$ 52,88	R\$ 42,96
Un	1	Camisa	R\$ 13,00	R\$ 20,00	R\$ 16,83	R\$ 16,61
Un	1	Chapéu de palha	R\$ 16,00	R\$ 17,00	R\$ 14,90	R\$ 15,97
m ²	0,6	Paneiro	R\$ 2,40	R\$ 4,68	R\$ 1,20	R\$ 2,76
Un	1	Agulha para saco	R\$ 1,00	R\$ 2,00	R\$ 1,92	R\$ 1,64
m ²	0,2	Banco	R\$ 0,80	R\$ 1,56	R\$ 0,40	R\$ 0,92
m ²	0,15	Cepo	R\$ 0,60	R\$ 1,17	R\$ 0,29	R\$ 0,69
TOTAL			R\$ 151,00	R\$ 178,03	R\$ 142,48	R\$ 157,17

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Comunidade de Porongaba os extrativistas costumam comprar seus materiais de uso, como o saco de náilon, na cidade de Cobija, na Bolívia, região fronteira com aquele país. Por esta razão, fez-se necessário incluir os preços praticados em Cobija no cálculo do valor médio gasto com materiais, Tabela 2. O custo médio com materiais foi de R\$ 157,17. Identificou-se previamente o valor da receita destes extrativistas, obtendo-se os resultados apresentados na **Tabela 2**:

Tabela 2. Receita comunidade Porongaba, Brasiléia, Acre.

A média da receita dos entrevistados em Porongaba é de R\$ 8.928,33 na safra de 2013/2014 de acordo com a pesquisa de campo. Sá *et al.* (2008), asseveram que para as safras de 2007/2008, a comunidade de Porongaba obteve uma receita por família equivalente a R\$ 2.232,00, época em que o PFNM Castanha-da-amazônia foi vendido a R\$ 3,00 a lata,

EXTRATIVISTAS	Quant. latas 2013/2014	Valor recebido pelo extrativista
Porongaba, AC.		
Extrativista PO1	408	R\$ 12.648,00
Extrativista PO2	300	R\$ 9.300,00
Fonte: Dados da pesquisa	40	R\$ 1.240,00
Extrativista PO3	480	R\$ 14.880,00
Extrativista PO5	102	R\$ 3.162,00
Extrativista PO6	400	R\$ 12.400,00
RESUMO		
Média	R\$ 288,33	R\$ 8.938,33
Mínimo	40	R\$ 1.240,00
Máximo	480	R\$ 14.880,00

conforme declaração dos entrevistados. Somente em 2008, a política de garantia de preços mínimos (uma política do governo federal) incluiu PFNMs na lista de produtos contemplados.

Sá *et al.* (2009) ao analisarem o custo do extrativismo da Castanha-da-amazônia no Acre, observaram que a mão-de-obra correspondeu ao valor mais elevado, 84,08% ressalta-se que possivelmente Sá *et al.*,(2008), ao utilizar o termo serviços em sua pesquisa pretende denominar a mão-de-obra extrativa.

Em relação ao estudo de Silva *et al.*, (2013), o município de Almeirim apresentou um custo de R\$ 3.324,29. Óbidos, R\$ 1.494,80 e Oriximiná, R\$ 1.229,80. Além do Pará, o Acre também é um importante estado na produção da Castanha-da-amazônia, conforme Sá *et al.*, (2008). Os resultados a este respeito, obtidos nesta pesquisa estão demonstrados na Tabela 3.

Tabela 3. Custose *mark-up* da atividade extrativa da Castanha-da-amazônia, Porongaba, Brasília (AC), safras 2013/2014.

EXTRATIVISTAS	Custo com material (A)	Custo com Mão-de-obra (B)	Custo Prestação de Serviços (C)	Custo transporte (D)	Custo total (A+B+C+D)	Mark-up
Porongaba, AC.						
Extrativista PO1	R\$ 157,17	R\$ 12.236,83	R\$ 204,00	R\$ 50,00	R\$ 12.648,00	R\$ 3.794,40
Extrativista PO2	R\$ 157,17	R\$ 8.942,83	R\$ 150,00	R\$ 50,00	R\$ 9.300,00	R\$ 2.790,00
Extrativista PO3	R\$ 157,17	R\$ 1.012,83	R\$ 20,00	R\$ 50,00	R\$ 1.240,00	R\$ 372,00
Extrativista PO3	R\$ 157,17	R\$ 14.432,83	R\$ 240,00	R\$ 50,00	R\$ 14.880,00	R\$ 4.464,00
Extrativista PO5	R\$ 157,17	R\$ 2.903,83	R\$ 51,00	R\$ 50,00	R\$ 3.162,00	R\$ 948,60
Extrativista PO6	R\$ 157,17	R\$ 11.992,83	R\$ 200,00	R\$ 50,00	R\$ 12.400,00	R\$ 3.720,00
RESUMO						
Média	R\$ 157,17	R\$ 8.587,00	R\$ 144,17	R\$ 50,00	R\$ 8.938,33	R\$ 2.681,50
Mínimo	R\$ 157,17	R\$ 1.012,83	R\$ 20,00	R\$ 50,00	R\$ 1.240,00	R\$ 372,00
Máximo	R\$ 157,17	R\$ 14.432,83	R\$ 240,00	R\$ 50,00	R\$ 14.880,00	R\$ 4.464,00

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 3 foi elaborada no intuito de demonstrar os elementos inerentes à extração em termos de valores. Para identificar a mão-de-obra partiu-se da quantidade vendida por cada extrativista multiplicando-a pelo valor unitário de cada lata da Castanha-da-amazônia. O montante obtido serviu como base para fazer um rateio para todos os elementos de custo presentes no processo extrativo, como o custo com a mão-de-obra.

E foi a partir disto que se tornou possível identificar o custo com a mão-de-obra, bem como o *mark-up*, obtido com a aplicação de 30% sobre o valor de venda da Castanha-da-amazônia, conforme determina o Estatuto da Terra para a atividade extrativa. O IEF (2010) recomenda a aplicação de uma previsão de lucro sobre o custo total de produção ou sobre o capital investido ou ainda sobre o preço de venda de anos anteriores do produto.

Neste caso optou-se por não aplicar a taxa ao capital, visto que os extrativistas não empregaram capital na atividade, inclusive a terra de que dispõem são cedidas pelo Estado. Em relação a aplicar a taxa sobre o custo total, torna-se inviável, pois o custo ainda estava em formação. Para identificar a mão-de-obra subtraiu-se do valor recebido pelo extrativista os custos com o transporte, com os serviços e com o material de consumo. Obtendo-se, assim, a mão-de-obra.

Os bens de capital utilizados no caso selecionado são: armazém para a estocagem; cangaia e bois para transporte do produto da floresta até o armazém da Associação. O Extrativista PO1, em sua entrevista, informou que estes bens de capital pertencem à Associação.

Considerando que tais bens de capital não são ativos particulares dos extrativistas, o custo com o transporte foi calculado com base na diária do fretista que corresponde a R\$50,00 de acordo com os dados de campo, para a realidade de Porongaba e por analogia, adotou-se estes valores como referência para Ponta do Abunã, Rondônia. Esta iniciativa ocorreu devido à impossibilidade de obtenção de dados relativos ao transporte na Ponta do Abunã, pois ora o transporte acontecia por barco, ora por caminhonete e ora por cangaia.

Para fins de demonstração, foi considerada a produção do Extrativista PO1 que foi de 408 latas cujo meio de transporte utilizado pelo fretista tem capacidade para 80 latas aproximadamente, a pesquisa de campo evidenciou que com 5 vezes o fretista consegue transportar toda a produção para o armazém da Associação. Esta atividade foi possível ser realizada com o uso de uma diária, ou seja, R\$ 50,00.

O custo com os serviços de secagem da Castanha-da-amazônia equivale a R\$0,50 por lata. O prestador de serviço cobra dos extratores R\$ 0,50 por lata de produto. A partir disto, para obtenção do custo, multiplicou-se este numerário pela quantidade de latas extraídas. A Tabela 3 contém esta demonstração para o caso da realidade de Porongaba, no Acre.

A média de latas produzidas em Porongaba, Acre, é equivalente a 288 latas do produto, existindo uma variação considerável em relação ao Extrativista PO3, com produção de 40 latas. Contudo, este trabalhador paga a mesma quantia de transporte que os demais extratores, ou seja, R\$ 50,00.

Conforme declara o Extrativista PO1 a logística trata-se de um elemento de relevância e constitui-se em um dos principais problemas de produção destas pessoas, sendo reconhecida por unanimidade entre estes atores como impedimento à percepção de melhores condições de vida. Tanto no estado do Acre, quanto na realidade observada em Rondônia.

4.2.2 No Estado de Rondônia

Na Região de Ponta do Abunã (Nova Califórnia, Extrema e Vista Alegre do Abunã) o metro da madeira está custando R\$ 6,00 para os três distritos. Na Tabela 4, constam os valores dos materiais de interesse, na Região de Ponta do Abunã, em Rondônia.

Tabela 4. Pesquisa de preço dos materiais extrativistas para os coletores de Extrema, Vista Alegre e Nova Califórnia/Porto Velho, RO.

U n	Quant.	Material	Valor Unitário			Média
			N.Califórnia, RO	Extrema	Vista Alegre	
U n	1	lona preta 4m	R\$ 5,00	R\$ 5,50	R\$ 4,00	R\$ 4,83
U n	1	barbante cem fios	R\$ 7,00	R\$ 6,00	R\$ 6,50	R\$ 6,50
U n	1	facão Strong	R\$ 50,00	R\$ 35,00	R\$ 40,00	R\$ 41,67
U n	1	lima K & F	R\$ 11,00	R\$ 12,00	R\$ 15,00	R\$ 12,67
U n	1	saco de nylon	R\$ 2,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,33
m ²	0,8	mão-de-onça	R\$ 4,80	R\$ 4,80	R\$ 4,80	R\$ 4,80
U n	1	Calça	R\$ 20,00	R\$ 25,00	R\$ 35,00	R\$ 26,67
U n	1	Bota Sapatão	R\$ 39,00	R\$ 45,00	R\$ 35,00	R\$ 39,67
U n	1	Camisa	R\$ 10,00	R\$ 20,00	R\$ 18,00	R\$ 16,00
U n	1	Chapéu de palha	R\$ 12,00	R\$ 15,00	R\$ 20,00	R\$ 15,67
m ²	0,6	Paneiro	R\$ 3,60	R\$ 3,60	R\$ 3,60	R\$ 3,60
U n	1	Agulha para saco	R\$ 3,00	R\$ 2,00	R\$ 2,00	R\$ 2,33
m ²	0,2	Banco	R\$ 1,20	R\$ 1,20	R\$ 1,20	R\$ 1,20
m ²	0,15	Cepo	R\$ 0,90	R\$ 0,90	R\$ 0,90	R\$ 0,90
Total			-	-	-	R\$ 177,83

Fonte: Dados da pesquisa.

Estes materiais relacionados são adquiridos ou mesmo fabricados pelos extrativistas. A mão-de-onça, o paneiro, o banco e o cepo são os materiais fabricados. Sabe-se que estas pessoas não utilizam a madeira do tipo ‘caibro’, adotada como referência nesta pesquisa. Os elementos utilizados pelos extratores estão na floresta, mas era preciso algo que fizesse alusão, no mínimo. Decidiu-se, então, aproveitar a madeira do tipo ‘caibro’ neste sentido.

A receita para os extrativistas de Ponta do Abunã está demonstrada na Tabela 4. O valor da lata da Castanha-da-amazônia, safra 2013/2014, foi comercializada a R\$ 29,00.

O custo com transporte para o caso da Região de Ponta do Abunã, Porto Velho, Rondônia, ficou fixado em R\$ 50,00, pois como foi mencionado anteriormente optou-se por estes elementos com base na informação obtida em Porongaba, Brasília, Acre, devido à diversidade de possibilidades com que os extrativistas utilizam-se para transportar a Castanha-da-amazônia e considerando-se a impossibilidade de obtenção de informações claras a este respeito, optou-se por fixar o custo com transporte. O raciocínio para identificar os demais elementos de custo e *mark-up*, coincide com o aplicado no Acre.

EXTRATIVISTAS	Quant. latas	Receita
Nova Califórnia, RO.	2013/2014	
Extrativista PA1	120	R\$ 3.480,00
Extrativista PA2	25	R\$ 725,00
Extrativista PA3	40	R\$ 1.160,00
Extrema, RO.		
Extrativista PA4	400	R\$ 11.600,00
Extrativista PA5	100	R\$ 2.900,00
Vista Alegre, RO.		
Extrativista PA6	70	R\$ 2.030,00
Extrativista PA7	330	R\$ 9.570,00
RESUMO		
Média	155	R\$ 4.495,00
Mínimo	25	R\$ 725,00
Máximo	400	R\$ 11.600,00

Tabela 5. Receita Ponta do Abunã, Porto Velho, Rondônia.

A média da receita para a realidade de Ponta do Abunã é de R\$ 4.495,00. Há uma distinção entre o valor recebido pelo maior extrator (R\$ 11.600,00) e o menos extrator (R\$ 725,00). A informação da receita é importante para o cálculo dos custos (Tabela 5), por representar o ponto de partida.

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6. Custos *emark-up* da atividade extrativa da Castanha-da-amazônia, Ponta do Abunã, Porto Velho, RO, safras 2013/2014.

EXTRATIVISTAS	Custo com material (A)	Custo com Mão-de-obra (B)	Custo Prestação de Serviços (C)	Custo transporte (D)	Custo total (A+B+C+D)	Mark-up
Nova Califórnia, RO.						
Extrativista PA1	R\$ 177,83	R\$ 3.192,17	R\$ 60,00	R\$ 50,00	R\$ 3.480,00	R\$ 1.044,00
Extrativista PA2	R\$ 177,83	R\$ 484,67	R\$ 12,50	R\$ 50,00	R\$ 725,00	R\$ 217,50
Extrativista PA3	R\$ 177,83	R\$ 912,17	R\$ 20,00	R\$ 50,00	R\$ 1.160,00	R\$ 348,00
Extrema, RO.						
Extrativista PA4	R\$ 177,83	R\$ 11.172,17	R\$ 200,00	R\$ 50,00	R\$ 11.600,00	R\$ 3.480,00
Extrativista PA5	R\$ 177,83	R\$ 2.622,17	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 2.900,00	R\$ 870,00
Vista Alegre, RO.						
Extrativista PA6	R\$ 177,83	R\$ 1.767,17	R\$ 35,00	R\$ 50,00	R\$ 2.030,00	R\$ 609,00
Extrativista PA7	R\$ 177,83	R\$ 9.177,17	R\$ 165,00	R\$ 50,00	R\$ 9.570,00	R\$ 2.871,00
RESUMO						
Média	R\$ 177,83	R\$ 4.189,67	R\$ 77,50	R\$ 50,00	R\$ 4.495,00	R\$ 1.348,50
Mínimo	R\$ 177,83	R\$ 484,67	R\$ 12,50	R\$ 50,00	R\$ 725,00	R\$ 217,50
Máximo	R\$ 177,83	R\$ 11.172,17	R\$ 200,00	R\$ 50,00	R\$ 11.600,00	R\$ 3.480,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Silva *et al.*, (2012) constataram um custo equivalente a R\$1.229,80 no município de Oriximiná, no estado do Pará, para a extração da Castanha-da-amazônia. Deduz-se que o principal gasto observado foi com a mão-de-obra para a coleta, que chegou a 68,13% do total, isto considerando que o que foi denominado de serviços, seja mão-de-obra do extrativista. Em Rondônia e Acre, o principal elemento de custo também foi a mão-de-obra, ao utilizar a

metodologia proposta neste estudo. Uma comparação dos custos, preços e *mark-up* desta atividade entre os dois estados pode propiciar conclusões sobre o assunto.

4.3.3 Comparação dos resultados da atividade extrativa dos Estados do Acre e Rondônia.

Em termos financeiros a mão-de-obra em Porongaba foi melhor remunerada pelo mercado. Isto pode implicar no incentivo das pessoas para produzir, em que se nota uma menor produção em Ponta do Abunã (média de 155 latas contra média de 288 latas em Porongaba).

Conclui-se que o Extrativista PO1 obteve como custo para extrair a Castanha-da-amazônia, o equivalente a R\$12.648,00. Uma lata da fruta comporta 10 kg (MARTINS *et. al.*, 2008) e o Extrativista PO1 extraiu 408 latas na safra 2013/2014, notando-se um custo unitário por quilo equivalente a R\$3,10, exatamente o valor que o mercado conseguiu remunerá-lo.

Para a fixação do preço mínimo, o Estatuto da Terra contém em seu artigo 84, que se deve tomar por base o custo efetivo da produção, acrescido das despesas de transporte para o mercado mais próximo e de uma margem de lucro não inferior a 30%. Entretanto, este dispositivo legal não aborda sob qual valor deve-se incidir este percentual. De acordo com o Instituto de Estudos Financeiros (2010), esta margem de lucro denominada *mark-up* pode ser calculada sobre o preço de venda ou sobre o custo unitário de produção.

Optou-se por utilizar o preço vendido pelo extrativista como base para estipular um lucro, visto que não existia ainda o conhecimento do custo até então. A margem de lucro definida neste caso representa trinta por cento da receita total do extrativista. Esta estratégia de definir a receita como ponto de partida é justificável, pois vincula o raciocínio ao mercado, tornando possível avaliar se o preço a ser definido vai obter aceitação no mercado. Esta estratégia é semelhante à adotada nas *commodities* do agronegócio, sobretudo quando se trata do produto 'leite' em que o preço é imposto pelo mercado e os produtores responsáveis pela ordenha das matrizes leiteiras precisam adaptar-se a este preço. Na Figura 3 tem-se a demonstração de todos estes cálculos apresentados até aqui, com base nos valores médios.

A diferença entre as vendas médias e os custos médios (excetuando-se o lucro de 30% previsto legalmente) apresentados na Figura 3 é exatamente zero. Esta informação denota que o lucro atribuído ao extrator é inexistente e que quaisquer valores recebidos correspondem à

mão-de-obra do extrativista. Nesta apresentação destaca-se a previsão legal de lucratividade aos extrativistas. De acordo com o Extrativista PO2, após o ano de 2009 (época de implementação da PGPMBio), o preço da Castanha-da-amazônia no mercado manteve-se elevado em comparação às safras anteriores.

Figura 3. Demonstração de resultado da atividade extrativa da Castanha-da-amazônia, em média.

Custos de extração	Porongaba	Mão-de-obra Material de consumo Transporte Prestação de Serviços	R\$8.587,00 R\$157,17 R\$50,00 R\$144,17	Custos Diretos e indiretos	Total Custos de Extração Porongaba	R\$8.938,33	Vendas	R\$8.938,33
							(-)	R\$8.938,33
	Valor da lata em: Porongaba: R\$ 31,00 Ponta do Abunã: R\$ 29,00						(=)	R\$0,00
	Ponta Abunã	Mão-de-obra Material de consumo Transporte Prestação de Serviços	R\$4.189,67 R\$177,83 R\$50,00 R\$77,50		Total Custos de Extração Ponta do Abunã	R\$4.495,00	Vendas	R\$4.495,00
							(-)	R\$4.495,00
							(=)	R\$0,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Shank (1997) recomenda a existência de valores destinados ao lucro ou *mark-up* para organizações, uma vez que é a partir disto que os gestores planejam a continuidade das atividades e o investimento em capital para a organização. Na pesquisa de campo notou-se que não há investimento em capital para a melhoria da qualidade da extração e das condições de vida dos trabalhadores como equipamentos de segurança para obter melhores condições ergonômicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diferença observada entre os resultados desta pesquisa e as pesquisas já realizadas sobre o assunto por Silva *et al.*, (2013) Sá *et al.*, (2008), Bayma *et al.*, (2008), Martins *et al.*, (2008), deve-se, à forma de cálculo da mão-de-obra. Enquanto nas pesquisas citadas utilizam-se diárias como base para identificá-la, neste estudo, considera-se o valor recebido pelas latas de Castanha-da-amazônia retiradas da floresta, deduzindo-se os demais custos necessários à produção, inclusive a previsão de 30% de lucro previsto no Estatuto da Terra. Isto acontece

porque, na realidade, estes valores são o próprio pagamento pelo trabalho (mão-de-obra) que o extrativista prestou.

Não foram identificadas despesas, pois de acordo com Martins (2008), despesa refere-se ao gasto com a manutenção das atividades operacionais e não possuem vínculo com as atividades produtivas. Os gastos ocorridos na produção em si são denominados custos. Assim, todos os gastos mensurados atendem ao conceito básico de custo. Embora o tempo despendido pelos agentes entrevistados nesta pesquisa durante o período de entressafra da Castanha-da-amazônia, para o cuidado com suas áreas de castanhal pudesse ser considerado uma despesa. Isto acontece porque este tempo gasto constitui-se em uma forma de manutenção deste ramo produtivo, ou seja, na atividade de proteção da floresta.

Nesta perspectiva não foram identificados custos indiretos na análise dos dados coletados. Dubois, Kulpa e Souza (2006) afirmam que quando existe uma organização com produção de apenas um produto não tem porque falar-se em custo indireto. Esta denominação de custo é utilizada para caracterizar um gasto com a produção de dois ou mais produtos em que não é possível identificar claramente a que produto este custo se refere. Quando existem mais de um produto utilizando o mesmo centro de produção é comum a existência de gastos compartilhados. Neste caso, tem-se custos indiretos.

Uma vez que o único produto disponibilizado no mercado, que tem a Castanha-da-amazônia como matéria-prima, é o próprio fruto deste produto. Por exemplo, a disponibilização de ouriços, no mercado, para a construção de pisos (ou as outras possibilidades de produto tendo o ouriço como matéria-prima preconizada em Pedrozoet *al.*, 2011), representaria outro produto extraído da mesma unidade onde se extrai o fruto Castanha-da-amazônia.

Com isto, haveria custos indiretos, o próprio valor mensurado para os materiais de consumo constituiria custos indiretos, pois não se saberia a qual produto pertence: se aos ouriços para fabricação de pisos ou ao fruto Castanha-da-amazônia. Este é um caso hipotético e serve para comprovar a inexistência de custos indiretos no caso especificado.

Sobre os custos fixos, verificou-se que a extração da fruta mencionada implica em gastos apenas quando há atividade operacional. A principal característica do custo fixo é a sua permanência ainda que inexista produção (MARTINS, 2008). Haveria, por exemplo, custo fixo, se o tempo em que o extrativista permanece na sua área de castanhais, no período da



entressafra, fazendo a limpeza da área e protegendo os animais (como a cutia que é necessária para a reprodução dos castanhais de acordo com relato dos entrevistados) contra o desflorestamento fosse remunerado. Conclui-se que foram identificados custos variáveis e custos diretos e não constatou-se despesas, custos fixos e custos indiretos no caso retratado neste tópico.

Na argumentação apresentada, qual seja: a possibilidade de geração de despesa em forma de pagamento aos extrativistas pelo tempo que estes dedicam para a manutenção das áreas de castanhais, no período da entressafra; vê-se a necessidade de uma interferência política.

REFERÊNCIAS

- CAMPIGLIA, Américo Osvaldo e CAMPIGLIA, Oswaldo Roberto P. **Controles de Gestão – Controladoria financeira das empresas**. Fundação Salim Farah Maluf, São Paulo: Atlas, 1995.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DUBOIS, A; KULPA, L; SOUZA, E. L. **Gestão de Custos e Formação de Preços: conceitos, modelos e instrumentos: abordagem do capital de giro e da margem de competitividade**. São Paulo: Atlas, 2006.
- FLORENTINO, Americo Matheus: **Custos: princípios, cálculos e contabilização**. 9 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1984.
- HORNGREN, Charles T. **Cost Accounting: A Managerial Emphasis**. 6.ed. New Jersey: Prantice-Hall, 1986.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**. Rio de Janeiro, v. 28, p. 1-69, 2013.
- INSTITUTO DE ESTUDOS FINANCEIROS-IEF. **Formação de preço: um processo complexo e abrangente**. Disponível em: <http://www.ief.com.br/forpreco.htm> Acesso em: 06 maio 2015.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MEDEIROS, Jesiomar Antônio de. **Agribusiness – Contabilidade e controladoria**. Guaíba: Agropecuária, 1999.
- PEDROZO, Eugênio Ávila; SILVA, Tânia Nunes da; SATO, Suzenir Aguiar da Silva; OLIVEIRA, Nilza Duarte Aleixo de. **Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMS): as Filieres do Açaí e da Castanha da Amazônia**. Revista de Administração e Negócios da Amazônia-RARA, v. 3, n. 2, p. 88-112, mai./ago. 2011.
- SÁ, Claudenor Pinho; Bayma, Márcio Muniz Albano; SILVA, Francisco de Assis Correa; GONZAGA, Dorila Silva de Oliveira Mota; OLIVEIRA, Edilson Leite de. Estudo de caso: custo e rentabilidade para o sistema melhorado de extração de castanha-do-brasil na Reserva Extrativista Chico Mendes no Acre. **Comunicado Técnico Embrapa 162**, Rio Branco, AC, Brasil, 2008.
- SANTOS, Joel José dos. **Formação do preço e do lucro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos. Sistemas de custos. In. **Contabilidade e Controladoria em agribusiness**. José Carlos Marion – coordenador. São Paulo: atlas, 1996.
- SHANK, John K. **A revolução dos custos: como reinventar e redefinir sua estratégia de custos para vencer em mercados crescentemente competitivos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- SILVA, Adriano Araújo; SANTOS, Maria Kelliane Valentin; GAMA, João Ricardo Vasconcelos; NOCE, Rommel; LEÃO, Sandro. Potencial do Extrativismo da Castanha-do-Pará na Geração de Renda em Comunidades da Mesorregião Baixo Amazonas, Pará. **Floresta e Ambiente**, Rio de Janeiro-RJ, out./dez. v. 20, n. 4, p. 500-509, 2013.
- WERNKE, Rodney; LEMBECK, Marluce; ZANELATO, Carla dos Anjos. Avaliação da rentabilidade de segmentos de mercado: estudo de caso em distribuidora de mercadorias. **Revista Brasileira de Contabilidade-RBC**, Brasília-DF, v. 42, n. 199, jan./fev., p. 77-89, 2013.